

Acordo judicial permite transferência para Centro de Pompéu de casarão do século 19, que seria alagado por hidrelétrica

Fazenda histórica será reconstituída

FOTOS: CPPC/MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/DIVULGAÇÃO

GUSTAVO WERNECK

Jeito inteligente e cuidadoso de preservar o patrimônio de Minas. Uma fazenda do século 19, que ficaria submersa devido à construção do lago de uma hidrelétrica em Pompéu, na Região Centro-Oeste, a 164 quilômetros de Belo Horizonte, vai continuar no mapa da cidade e valorizar a história. De acordo com o termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Estadual (MPE) consórcio de empresas e prefeitura, o Casarão do Laranjo, a 60 quilômetros da sede, será inteiramente reconstituído no Centro com finalidade cultural. A expectativa é de que a transferência de todas as peças seja concluída em oito meses.

“Esse é um grande avanço para Pompéu, de 28 mil habitantes, que carece de equipamentos culturais. O projeto é maravilhoso, contando com teatro, galeria de exposições, auditório e memorial. Como a propriedade ficará numa das ruas centrais da cidade, toda a comunidade poderá visitá-la sem problemas de acesso”, informa a promotora de Justiça da Comarca de Abaeté, Luciana Gonçalves Bretas. Pelo acordo judicial, decorrente de ação civil pública proposta pela promotora, a prefeitura vai doar o terreno para instalação do imóvel e gerenciar o centro cultural, enquanto o consórcio formado pelas empresas Orteng e Arcadis, construtoras da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, na Bacia do Rio Paraopeba, vai se encarregar da reconstituição e do projeto. O secretário Municipal de Cultura, Paulo Maurílio, diz que o prédio será o ponto de partida de um trabalho de resgate da cultura de Pompéu.

Laudos técnicos elaborados pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela



Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico (CPPC) mostram a importância da propriedade que pertenceu à célebre dona Joaquina de Pompéu, que era dona de sesmarias no Centro-Oeste. No relatório, os historiadores explicaram que “o casarão-sede da Fazenda do Laranjo e as benfeitorias no seu entorno configuram um conjunto paisagístico e arquitetônico de relevante significado histórico, pela sua ligação com a Fazenda do Pompéu Velho, latifúndio agropastoril que envolvia outras 200 fazendas, de propriedade de Joaquina do Pompéu”.

ARQUITETURA RURAL Para a equipe envolvida no trabalho, trata-se de um belo exemplar da arquitetura rural do ciclo da pecuária mineira, refletindo o requinte e o gosto dos coronéis por uma vida opulenta, os quais não hesitavam em gastar fortunas para erguer uma casa nobre e acolhedora. É uma das maiores e mais imponentes construções rurais de Pompéu, e sua arquitetura

Imóvel e suas benfeitorias configuram importante conjunto paisagístico e arquitetônico do ciclo pecuário mineiro. Propriedade pertenceu à célebre dona Joaquina de Pompéu e está a três quilômetros do Rio Paraopeba



mineira constitui exemplar raro no Vale do Rio São Francisco.

Se não fosse o acordo, a sede da fazenda seria simplesmente demolida ou submersa, já que está situada na chamada Área Diretamente Afetada, a três quilômetros do Rio Paraopeba. Segundo o MPE, o não cumpri-

mento de quaisquer das obrigações constantes do acordo judicial, nos prazos fixados, implicará multa de R\$ 10 mil acrescida de multa diária de R\$ 1 mil, valores que serão revertidos para o Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Funemp).